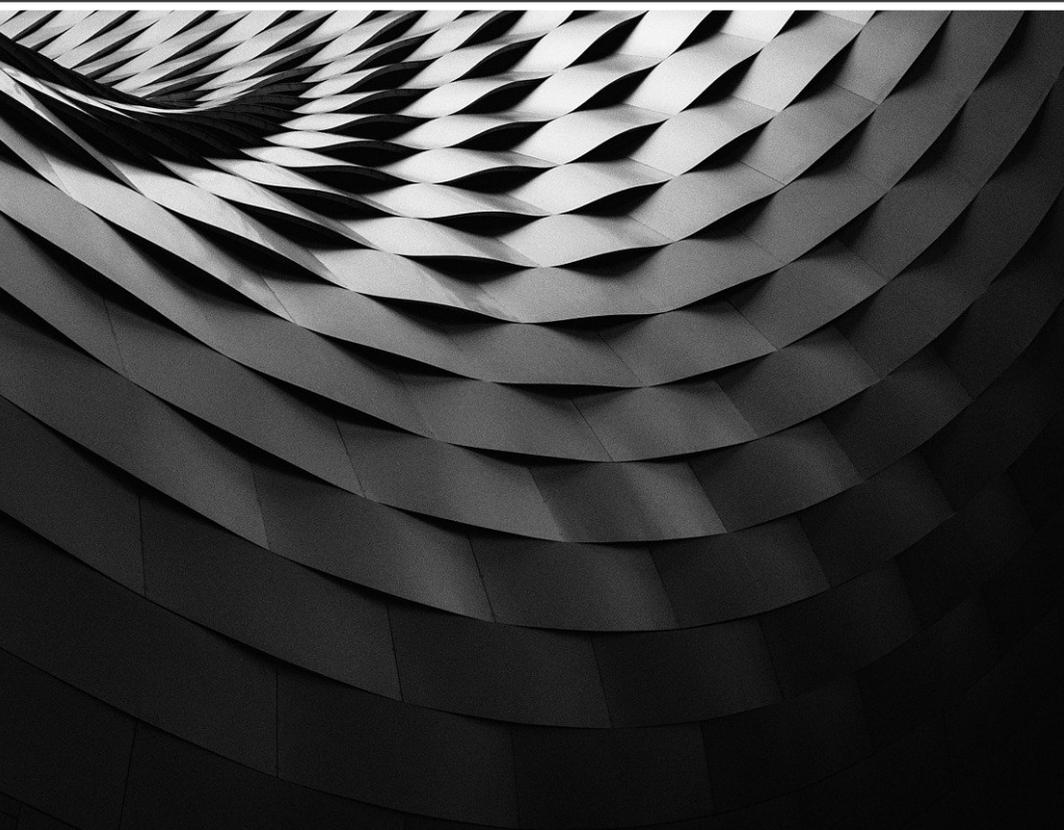


Cadernos **IHU** *ideias*



JESUÍTAS BRASIL

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 18 • nº 300 • vol. 18 • 2020



Zeitgeist pós-iluminista e contrarrevolução científicista na análise econômica

Armando de Melo Lisboa



Cadernos
IHU *ideias*

**Zeitgeist pós-iluminista e
contrarrevolução científicista na
análise econômica**

Armando de Melo Lisboa

Professor no Departamento de Economia e Relações Internacionais
da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 18 • nº 300 • vol. 18 • 2020



Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: Pedro Gilberto Gomes, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XVIII – Nº 300 – V. 18 – 2020

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: Bel. Guilherme Tenher

Imagem da capa: Arte IHU

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Ricardo Machado

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003). – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003. . v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil

ZEITGEIST PÓS-ILUMINISTA E CONTRARREVOLUÇÃO CIENTIFICISTA NA ANÁLISE ECONÔMICA

Armando de Melo Lisboa

Professor no Departamento de Economia e Relações Internacionais
da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

*“Não pode haver ciência da Economia Política
se o arbítrio está livre no sentido
de ser caprichoso e indeterminado”
J. Commons.*

Luzes: esplendor, corrupção, renovação

“A crença de que estamos destinados a viver em uma civilização universal é lugar-comum em sociedades modeladas pelo pensamento do Iluminismo. No entanto, ela tem pouca sustentação na história. Na verdade, não é o resultado de uma pesquisa histórica, mas sim o produto de uma desacreditada filosofia da história” (J. Gray).

“A história do pensamento se parece com um movimento em ziguezague” (Todorov).

Como é sabido, o pensamento econômico moderno molda-se durante os séculos XVIII e XIX, época áurea do horizonte iluminista, sendo uma das suas mais poderosas expressões epistêmicas. Quatro nobres ideias

são centrais no projeto ocidental das Luzes e lhe dão fulgor e transcendência:

- **autonomia** – contrapondo-se à experiência de heteronomia e sujeição que se vivia antes das Luzes;
- **racionalidade** – o conhecimento não mais submetido à tutela da moral nem reduzido à magia;
- **aperfeiçoamento** – a procura por melhorar a si e ao mundo antepõe-se às interdições tradicionalistas que incutem medo e resignação;
- **humanismo** – em oposição ao princípio teocrático do poder “espiritual” com o qual a Igreja e as cortes reinavam sobre almas e corpos.

Um mundo aberto ao novo tem um preço: rompe com o enclausuramento da visão de harmonia com a natureza, com os deuses e consigo próprio até então vigente; com o engessamento da concepção repetitiva e cíclica da história. No embate então posto com as forças conservadoras do Antigo Regime, estes princípios são levados ao extremo e, comprometendo a capacidade de cumprir suas promessas (corrompendo-as), se apresentam inicialmente de forma demiúrgica, ou seja, ambiciosa e irrealista. Os ideais da autonomia, racionalidade e aperfeiçoamento então se radicalizam e se metamorfoseiam de forma caricata como:

- autonomia e autossuficiência absolutas;
- crença numa ciência onisciente capaz de desvelar a verdade das coisas e controlar integralmente o mundo (cientificismo);
- busca devota do progresso linear, mecânico e ilimitado.

Tal matriz desembocará no nefasto sonho da perfectibilidade do gênero humano. Assim, a emancipação contida na aposta humanista também deformar-se-á: atuar através do princípio antropocêntrico, de modo secular e imanente (e não transcendente) – o “desencantamento do mundo” –, não desfaz o desejo de plenitude de poder, apenas transfigura-o sob novos cultos¹. Isto se traduz no campo econômico pela sobrepujação

1 Como o iluminismo, em verdade, se compõe de muitas vertentes, a generalização encontre existirem variedades nacionais, nem todas arrogantes e imbuídas das certezas deste simplificador retrato. Neste trabalho vale destacar a tradição do “iluminismo escocês”, da qual provirá a obra seminal de Adam Smith (1723-90). Talvez por situar-se numa periferia imperial, o esclarecimento escocês no setecentos destoa do padrão dominante acima descrito, vislumbrando um humanismo cívico e mercantil que, gravitando em torno de questões de caráter e virtude, fará uso de conceitos menos secularizados, culminando com a “mão invisível”.

dos valores humanistas pela perspectiva utilitarista. Mas não sem reações, como veremos ao longo deste ensaio.

Em verdade, o “humanismo” serviu de “fachada para a força necropolítica” da modernidade, enuncia Achille Mbembe (2019: 85). Em nome da superioridade do ideal das Luzes, a Europa imbuu-se da missão de levar a civilização aos “bárbaros”, legitimando sua expansão imperial e colonizadora como uma “atividade humanitária” (ibid., 110).

Como demonstrou Aníbal Quijano (2014), a colonialidade sobrevive ao colonialismo: o advento da independência formal não quebrou a colonialidade de poder que rege o sistema-mundo capitalista, pois este não opera apenas conforme estruturas econômico-políticas, mas também conjuga matrizes ontológicas, epistêmicas, étnicas e de gênero, as quais também são cruciais. Assim assistimos, em plenos séculos XX e XXI, ao discurso desenvolvimentista continuar a justificar todos os sacrifícios (i.e.: a destruição das tradições, relações comunais e ecossistemas), reproduzindo o mesmo caráter redentor da Ilustração ocidental que, assentada ontologicamente sobre o dualismo povos superiores e povos inferiores, subalterniza estes como primitivos, carentes e subdesenvolvidos.

Aquelas promessas inverossímeis e irrealizadas da modernidade desnudam-se diante da Revolução Haitiana iniciada em 1790, a qual desvela o caráter eurocêntrico, racista e imperial daquela narrativa pretensamente abstrata e universal. O excessivo brilho das luzes camuflou tanto sua localização geoistórica, quanto seu lado bárbaro: o projeto ocidental não pode ser apreendido sem sua periferia objeto de conquista e pilhagem; sua violenta face colonial lhe é inerente, pois com ela possui um vínculo ontogênico.

Ao longo do século XIX, especialmente na sua segunda metade, fortalecem-se tanto questionamentos aos limites e excessos das Luzes, quanto o descortinar de outros horizontes. A progressiva luta decimonômica pela abolição do tráfico negreiro e da escravidão é um fulcral divisor. A perspectiva pós-iluminista que então surge não se confunde com a ótica contra-iluminista exposta especialmente após a Revolução Francesa, nem com a reação romântica ao acirrado utilitarismo, nascidas ainda no

século XVIII². Como veremos, ela descobre-se como um desdobramento das Luzes que rejeita seus traços positivistas e gnósticos, repondo-a nos cétricos trilhos dos fundadores desta tradição, como Hume e Smith. Este trabalho discutirá este despontar da razão pós-iluminista e sua trajetória no âmbito da razão econômica.

Para além das Luzes. Primeiros sinais

“Tendemos a ver o progresso como a regra normal da sociedade humana, mas isso a história refuta” (Darwin, 1871).

“Você vê os homens como infinitamente egoístas e clarividentes” (Henri Poincaré, em 1901, respondendo a Walras sobre sua opinião do livro “Elementos de economia política pura”).

“Na medida em que os teoremas de matemática referem-se à realidade, não são exatos, e na medida em que são exatos, não se referem à realidade” (Einstein, 1923).

Ao expor sobre o período de 1870 a 1914 que encerra sua ampla e épica “História da Análise Econômica” (publicada postumamente em 1954), Schumpeter insere no cenário a fermentação intelectual então nascente e que configurará o novo “zeitgeist” (espírito do tempo) que corroerá radicalmente tanto a cosmovisão iluminista, quanto o estilo de vida vitoriano “associado com insipidez e mau gosto” (1964, p. 32)³. Para além de “uma música nova, de um novo estilo de pintura, de uma arquitetura nova”, trata-se da emergência de correntes de pensamento divergentes do “culto liberal do racionalismo e do progresso e seu humanismo democrata” (p. 34).

2 Dentro da metáfora cromática, a posição iluminista reivindica o brilho da razão secular, i.e., o elogio da plenitude da compreensão e da perfectibilidade do domínio humano. Em reação, o protesto romântico preservará tanto o valor das sombras dos sentimentos e dos primitivos vínculos orgânicos, com sua força e sensibilidade mística, quanto o caráter opaco da inexistência e da imperfeição. Ora, como descortina Guardini, tanto a “luz pura” quanto a “escuridão pura”; o brilho excessivo” ou a “noite total, têm um efeito destruidor”. Assim, a terceira postura, pós-iluminista, reconhecendo que não há como separar-se da própria sombra, busca “a unidade do ritmo biológico”, a “ligação do dia e da noite” (1963, p. 176), pois a possibilidade do fenômeno visual exige a conjugação da luz com a treva.

3 Em verdade, esclarece que em cada época não há “uma única zeitgeist” (p. 19). Cabe reconhecer que este novo zeitgeist ocorre em paralelo – e em reação – à revolução epistêmica que propiciará, na segunda metade do século XIX, a linguagem matemática adequada para alçar como dominante no campo das ideias econômicas o pensamento neoclássico e sua tese do comportamento maximizador do homo economicus. Deste zeitgeist hegemônico, culminação da perspectiva iluminista e cientificista, vale lembrar da matemática de George Boole (1815-1864); da contribuição em estatística e biométrica de Francis Galton (1822-1911); e da fundação da administração científica por Frederick Taylor (1856-1915).

Progressivamente, a dúvida toma o lugar das certezas, colocando-se em xeque o cientificismo: a crença na infalibilidade da ciência, a fé de tudo ser cognoscível e transformável conforme os desígnios do nosso crescente poder. Razão que se mutila como des-razão, este desvio nefasto da ciência equivocadamente aplicará o método científico a realidades onde não existem leis universais. Ora, uma ordem social regida por leis é determinista, nela não há lugar para a liberdade e a vontade humana.

Schumpeter confessa sobre sua dificuldade de compreender este último período, pois “quanto mais próximo estamos de uma época, menos a entendemos. A nossa própria época é a que se acha mais distante da nossa compreensão” (p. 19). Assim, sem perceber o quanto ele próprio tinha sido moldado pelos novos ares, avaliará alguns movimentos abaixo destacados do novo zeitgeist como uma “filosofia antirracionalista e anti-intelectual” (p. 37). Ao contrário, não compreende que os inimigos das Luzes se encontram nos que proclamam a perfectibilidade do homem e da sociedade, crença que fere a razão e incide na tentação da hybrid (ausência de limites), virulenta ilusão alertada pelos gregos clássicos.

Entre muitos⁴ que perfizeram o novo cenário que recolocou o destino nas nossas mãos, reluzem:

- a matemática de August Moebius (1790-1868), que em 1858 demonstrará plasticamente a existência da contradição como constitutiva do real;
- Darwin (1809-1882), sedimentando os marcos evolutivos da biologia moderna e assim ultrapassando a pioneira botânica taxonômica;
- Morgan (1818-1886), estabelecendo o corpo fundacional da antropologia;

4 Seleccionamos um panorama ilustrativo de eminentes contribuições advindas das mais diversas áreas do conhecimento e nacionalidades postas entre o final dos anos 50 do século XIX e o final dos anos 20 do XX século, e que engendraram o pano de fundo intelectual que marcou decisivamente a mentalidade na virada do oitocentos ao novecentos, especialmente as duas gerações de economistas daquele período. Evidentemente, poderíamos prosseguir indefinidamente, pois é grande a amplitude daqueles também relevantes que poderiam adentrar no panteão, como James Mawell (1831-79); Kropotkin (1842-1921); Ferdinand de Saussure (1857-1913); Marcel Mauss (1872-1950); Teilhard de Chardin (1881-1955)... Todavia, relevância especial possui Rudolf Steiner (1861-1925), por sua incidência direta sobre o campo econômico e pela abrangência e importância de suas contribuições, da filosofia à agricultura, passando pela pedagogia, saúde e arquitetura. O conjunto de sua visão denomina-se “antroposofia”, e, no que tange à economia, foi sistematizada na obra *Economia viva*. O mundo como organismo econômico único (1922). Steiner hoje inspira e impulsiona um vigoroso universo empresarial, entre escolas, hospitais, fazendas e empresas em geral.

- Clausius (1822-1888), introduzindo o conceito de entropia e fundamentando a termodinâmica e a presença da irreversibilidade e desordem no universo;
- Tolstói (1828-1910), prodigioso escritor da diversidade humana que expandirá e entusiasmará inúmeros campos do pensamento social;
- a geografia social de Elisée Reclus (1830-1905), incorporando as grafias da humanidade em seu percurso sobre o planeta;
- o conceito de Ecologia de Ernst Haeckel (1834-1919), desvelando a natureza como um todo unificado e o caráter simbiótico da vida;
- Charles Peirce (1839-1914), iluminando a relevância da “abdução” (intuição), a percepção inconsciente de conexões;
- William James (1842-1910), acalentando o pragmatismo que desnudará o caráter não determinístico da realidade e sua abertura para a ação criativa;
- Nietzsche (1844-1900), descortinando a força dionisíaca da vontade de potência;
- Henri Poincaré (1854-1912), desbravador da modelagem matemática das dinâmicas caóticas da natureza (matemática do caos);
- Patrick Geddes (1854-1932), delineando o urbanismo (planejamento e experimentalismo urbano/regional) a partir da organicidade com a natureza;
- Freud (1856-1939) e sua descoberta de que o homem não é detentor do controle sobre si mesmo;
- Edmund Husserl (1859-1938), edificando a fenomenologia para retornar as próprias coisas e desvendar a riqueza das essências e da subjetividade;
- Henri Bergson (1859-1941), sublinhando os limites do racional;
- a filosofia matemática de Whitehead (1861-1947), e sua defesa do organicismo em substituição ao dualismo cartesiano;
- Weber (1864-1920) e sua busca por uma socioeconomia atravessada por julgamentos de valor e significados;
- a luta não violenta de Gandhi (1869-1948), sua ruptura com o universalismo e industrialismo ocidental pelos “círculos oceânicos” e “produção pelas massas”;
- a psicologia transpessoal de Jung (1875-1961);
- a relatividade de Einstein (1879-1955);
- o gênio de José Vasconcelos (1882-1959) que, rechaçando o positivismo e o determinismo biológico do racismo, estabeleceu um marco para a identidade da América Latina;

- e a filosofia da linguagem de Wittgenstein (1889-1951), delimitando o domínio do dizível e reconhecendo a força do indizível.

Uma frase atribuída a Einstein condensa estes novos ares: “nem tudo que conta, pode ser contado; nem tudo que pode ser contado, conta”. Uma racionalização prudente, complexa e aberta para as diversas faces de uma mesma realidade, aos poucos se afirma. Com a descoberta do caráter contingente e não teleológico da realidade, reivindica-se a superação do poderio absoluto dos pilares da certeza que fundamentam a ciência clássica: ordem, separabilidade (Descartes), lógica (*tertium non datur*; não contradição), casualidade atomística e determinística, universalismo. Contrapondo-se a isto, ergue-se o princípio inclusivo do *Tertium datur*: não aos dualismos; existem alternativas além das dicotomias e antagonismos.

Na economia aquela época apresenta uma “relutância crescente dos países de participar do jogo do padrão ouro” (Schumpeter, 1964, p. 31), acentuando a perda da “confiança serena nas virtudes do *laissez-faire*” e em “sua boa consciência” (p. 21). Diante da crescente importância da “questão social” derivada do contínuo avanço sem regulações da industrialização, em 1891 o Papa Leão XXIII promulga a Encíclica *Rerum Novarum*, marco inicial da doutrina social católica. Comungando com aquele espírito de refutar antagonismos rígidos e pendulares – especialmente o determinismo da luta de classes: ricos e pobres não “são classes destinadas a digladiarem-se” (§28) –, esta Encíclica rejeita os extremos capitalistas e socialistas e aponta para a construção de uma resultante humana e justa. Mas sua advertência foi insuficiente para mudar o rumo das coisas e, assim, o otimismo vitoriano acaba colapsando com a insensata destruição de vidas na Primeira Grande Guerra e os fantasmas soltos pela Revolução Russa.

O despontar pós-iluminista na análise econômica

“Defrontamo-nos a cada passo com o problema da unidade orgânica e da descontinuidade – o todo não equivale à soma das partes, comparações de quantidades nos desapontam, pequenas mudanças produzem grandes efeitos e os pressupostos de um continuum uniforme e homogêneo não são satisfeitos” (Keynes, 1933).

“O problema moral é um conflito que nunca poderá ser decidido. A vida social irá sempre apresentar à humanidade uma escolha de males. Nenhuma solução metafísica que possa ser formulada parecerá satisfatória para sempre. As soluções apontadas pelos economistas

não são menos ilusórias que as dos teólogos a quem eles substituíram” (Joan Robinson).

No âmbito das ideias econômicas, em todas as épocas sempre existiram independentes (Bastiat, 1801-1850), hereges (Hobson, 1858-1940) e iconoclastas (H. George, 1839-1897). Mas o término da Pax Britannica estimulará toda uma geração a ousar e romper com os padrões de pensar econômicos dominantes desde os anos 1870, os quais orbitavam a crença numa economia mecanicamente otimizada, estaticamente equilibrada, perfeitamente competitiva e com eterno pleno emprego. Ou seja, vitoriana, bem comportada e sem “espírito animal”.

Assim, o novo zeitgeist trouxe uma mudança mais profunda, afetando substancialmente ainda no final do século XIX a obra de Veblen (1857-1929); e a partir do início do XX também a von Mises (1881-1973), Keynes (1883-1946) e Schumpeter (1883-1950) – possibilitando-os se distanciar, e renovar, o mainstream. Aquele clima gerou ainda o infrutífero esforço de alguns solidaristas – como Charles Gide (1847-1932) e Heinrich Pesch (1854-1926) – e o isolado brilho de Silvio Gesell (1862-1930)⁵.

A nova geração⁶ transporá as tensões agônicas dominantes no período de desabrochamento do pensamento econômico, as quais antepunham de forma maniqueia o romântico ao utilitário. Sua contribuição crítica não ficará prisioneira de duas vertentes dissonantes do mainstream então surgidas, ambas incapazes de resistir à modernidade capitalista: nem do lamento à desoladora ciência⁷, nem do polo que, cego pelo brilho solar da razão cientificista, articulou um protesto frio e calculista da explo-

5 Gesell é outro renunciador do paradigma econômico pós-iluminista, em geral eclipsado pelos quatro acima realçados. Sua principal obra *A ordem econômica natural* – hoje cultuada por poucos iniciados, e não, infelizmente, objeto de estudo e crítica nas academias – traz, dentre inúmeras ideias, a da “moeda oxidável”, cujo valor programadamente se deteriora com o tempo, evitando o entesouramento e estimulando sua circulação, muito influenciando Keynes, especialmente sua tese da “eutanásia do rentista”.

6 Nosso panorama ficaria gravemente incompleto se Karl Polanyi (1886-1964) ficasse ausente, pois este, ao fundir antropologia com economia, perfila entre os pioneiros da antropologia econômica, sendo presentemente uma das principais referências da renovação paradigmática do campo econômico. Ainda que geracionalmente esteja próximo dos quatro mestres, sua grande contribuição advirá quando já era praticamente sexagenário, obtendo uma cátedra universitária aos sessenta e um anos de idade. Como se isto não bastasse, os economistas despertam para a relevância de sua obra apenas a partir do final do século XX, obtendo um progressivo impacto entre os mesmos, e não apenas, desde então. Ou seja, este húngaro espelha quão inapropriado é o uso de seqüências cronológicas e limites disciplinares para a compreensão do desenvolvimento das ideias, pois estas seguem caminhos tortuosos, descontínuos e transfêgos.

7 Trata-se da crítica à mesquinhaz materialista da “sinistra ciência” da economia política posta por Thomas Carlyle (1795-1881) – “quintessência da visão romântica”, cf. Lowy e Sayre (1995, p. 191) –, John Ruskin (1819-1900) e outros “românticos”.

ração capitalista⁸. Seus horizontes temporais são regidos agora por outros alentos, pós-iluministas.

a) **Veblen** foi um dos pioneiros a vislumbrar a sociedade como um sistema “orgânico” e não “mecânico”. Tributário de Peirce e Darwin, e com a nova biologia lhe dando convicção de o desenvolvimento ser “um processo de mudança cumulativa” (2017, p. 43), se propôs a missão de romper com a narrativa da tradição clássica que estacionou a Economia como uma “ciência taxonômica” – e de “engenharia hidráulica”, poder-se-ia complementar de forma fiel ao propósito vebleniano –, indicando ser a economia “uma ciência evolucionária”. Nesse célebre artigo de 1898, Veblen critica os pressupostos ontológicos dos economistas que reduziram o homem à “concepção hedonista (...) de uma calculadora relâmpago de prazer e dor” (p. 45). Arremata que “a psicologia atual, reforçada pela pesquisa antropológica moderna, oferece um conceito diferente de natureza humana” (ibid.)⁹. O norte-americano defendia ainda ser o marginalismo um desvio da tradição fundada pelos “grandes mestres do passado”, e que o seu esforço teórico configurava um retorno aos mesmos.

b) **Mises**, assim como a escola austríaca, parte de um subjetivismo radical que responsabiliza o ser humano pelos fatos econômicos, sem reduzi-los a abstrações fetichicas como “capital”, “trabalho” e “terra”: “capital só existe na mente humana” (1995, p. 521). Assim, a economia apenas pode ser compreendida no nível dos indivíduos – e não agregadamente em termos de grupos ou classes – os quais atuam buscando múltiplos propósitos, sem serem guiados apenas por uma ótica utilitarista. Como a ação humana “é sempre uma experiência de fenômenos complexos” (p. 33), o conhecimento econômico é também uma “teoria geral da escolha humana” (p. 3).

De forma lapidar, sentencia que apenas “num sentido metafórico” pode-se falar em

“forças automáticas e anônimas que influenciam o ‘mecanismo’ do mercado. Ao empregar tais metáforas, as pessoas estão propensas a desconsiderar o fato de que os únicos fatores que dirigem o mercado e influenciam a formação de preços são as ações intencionais dos homens. Não há nenhum automatismo” (p. 316).

Denunciando a “visão pan-mecanicista do mundo” (p. 27), e que “não existem no campo da economia relações constantes” (p. 58), Mises, pioneiramente, rompeu com a tradição da teoria quantitativa da moeda

8 Ver tópico “e” à frente.

9 Cabe mencionar também que Veblen teve a companhia de alguns contemporâneos, os quais serão relevantes no desenvolvimento da corrente institucionalista, como John Commons (1862-1945) e Wesley Mitchell (1874-1948).

que a vê neutra e maquinal, como um mero numerário, integrando-a na teoria do valor marginalista na qual sua condição intertemporal potencializa seu valor subjetivo de uso num incerto futuro (p. 494).

c) **Keynes**, além de liderar o grupo de artistas e intelectuais libertários de Bloomsbury, conviveu intimamente com alguns dos mais célebres filósofos de Cambridge, entre os quais Wittgenstein, no período que constituiu “a idade de ouro da filosofia” daquela universidade (Baldwin, 2013, p. 710).

Convencido “de que a economia é uma ciência moral”, pois ela “trata de motivos, expectativas e valores”, ele alertou “contra o risco de tratar o material como constante e homogêneo. É como se a queda de uma maçã para o chão dependesse dos motivos da maçã, do chão querer que a maçã caísse”.

Para ele, além da escassez, a economia defronta-se com outro problema fundamental: a presença da incerteza geradora de insegurança – “o inevitável nunca acontece, é o imprevisível, sempre”. Esta realidade acarreta dificuldades intransponíveis para a análise econômica newtoniana. A incerteza realça a dimensão de liquidez da moeda, outorgando à mesma um caráter psicológico, e não mecânico ou hidráulico. Desvendando que “a importância da moeda decorre essencialmente do fato dela consistir no elo entre o presente ao futuro” (1983, p. 204), demonstra que as pessoas previnem-se recorrendo à moeda e à especulação, correndo assim o espírito empreendedor e comprometendo a geração de emprego. Keynes revela que os indivíduos economizam sem se guiar pelo propósito de investir, simplesmente demandam liquidez por motivos de segurança, especulação ou transação (p. 124).

Na sua obra magna, Keynes polidamente argumenta que, sendo a teoria clássica “aplicável apenas ao caso do pleno emprego”, seus teóricos “são comparáveis aos geômetras euclidianos em um mundo não euclidiano”. Assim, conclui que “não há nenhuma outra solução a não ser rejeitar o axioma das paralelas e elaborar uma geometria não euclidiana” (1983, p. 24).

d) **Schumpeter**, por sua vez, também sabia que nem todos os aspectos da vida se prestam à mensuração, pois nela também se faz presente um “princípio de indeterminação”. Assim, convidado por Weber, aderiu e com ele colaborou intensamente, dando continuidade, até o final de sua vida, ao projeto weberiano de construir uma sozialökonomie asentada numa “constante troca entre a análise histórica e a teórica” (apud McCraw, p. 508), uma combinação frutífera de narrativa, números e teoria.

Entre outros fenômenos econômicos incomensuráveis, salientou o do empreendedorismo, registrando em seu magistral estudo sobre o espírito empreendedor que construiu um modelo que “pode parecer vago e difícil de tratar em termos matemáticos, mas é real e qualquer um pode vê-lo” (ibid., p. 165).

Por definir a economia sendo um “todo orgânico”, compreendeu o capitalismo não mecanicamente, mas como um processo evolutivo de destruição e criação. Em memoráveis linhas, assim expôs a dinâmica “destruição criativa, fato essencial do capitalismo”: ela consiste no

“mesmo processo de mutação industrial que incessantemente revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando uma nova” (1984, p. 112).

e) Com célebres contribuições, aquele quarteto pode se distinguir do estático e uniforme mundo da Grande Teoria e avançar na compreensão do fenômeno econômico graças a sua abertura e diálogo com o novo zeitgeist. Sem dúvida, todos eles também são devedores de Marx, sob cuja sombra se encontram. Sendo assim, se Marx e o marxismo lhes antecedem e incidem com forte influência sobre os mesmos, por que não perfilar neste panteão a tradição do materialismo crítico?

Cabe precisar que Marx e Engels, todavia, estão profundamente impregnados do cientificismo imperante até meados do século XIX. Sabe-se que Marx, tardiamente, ao deparar-se com os primeiros antropólogos (e com a problemática russa), percebeu-se o quanto eurocêntrico e industrialista era. Deixou então de lado os volumes não publicados de O Capital, já praticamente finalizados, e adentrou numa febril fermentação, mas, traído por sua debilitada saúde, veio a falecer antes de dar luz a novas compreensões.

Após a morte de Marx, sob a batuta de Engels, a ortodoxia positivista derrotou a dialética (conforme demonstrou Leandro Konder em um instigante livro) e os poucos focos de heresia antiteológica (como Bernstein, 1850-1932, que defendia a “luta pelo socialismo não porque ele deve chegar, mas porque ele pode chegar”) sempre foram anulados e expurgados como “revisionistas”.

Assim o marxismo, da fundação ao colapso do socialismo real (1989), de modo geral dogmaticamente entonou a partitura de revelar leis determinísticas condutoras da sociedade. Registre-se que no seio do marxismo, também no último quartel do século XIX, irrompem ilustres expressões românticas – Rosa Luxemburgo (1871-1919), Lukács (1885-1971), Bloch (1885-1977), Korsch (1886-1961), Gramsci (1891-1937),

Benjamin (1892-1940), Mariátegui (1894-1930), Bakhtin (1895-1975) e Brecht (1898-1956) – as quais em geral sofreram censura, enquadramento castrador ou silêncio por parte da ortodoxia. Todavia, em que pese o brilho desta geração, ela concentrou-se no âmbito filosófico-político, pouco irradiando-se para a economia política marxista – com a notável exceção de Rosa – levando a muitos desta linhagem, por abandonarem os temas econômicos, serem denominados pejorativamente de “marxismo ocidental” (Anderson, s.d).

De forma otimista, filósofa Étienne Balibar (1995) que o fim do grande ciclo 1890/1990 libertou o próprio marxismo “de uma ilusão e de uma impostura, ganhamos um universo teórico” (p. 9), pois agora pode-se ler Marx fazendo a crítica da crítica, sem a qual a crítica original fica comprometida e perde sua força heurística. Talvez os ventos críticos tenham tardado demais para a tradição marxista alçar alguma legitimidade e fecundar a economia e a sociedade do século XXI.

f) Inspirado nos quatro mestres, e contaminados pela cosmovisão pós-cientificista emergente, uma onda tsunâmica se ergue no meio dos economistas da geração subsequente.

Entre os inúmeros jovens¹⁰ impactados pelo novo clima pós-newtoniano, realçamos Leuret (1897-1966), o apóstolo de “economia e humanismo”; Myrdal (1898-1987), pioneiro na problematização do desenvolvimento nos países periféricos; Sraffa (1898-1983) e Joan Robinson (1903-1983), que formularão a teoria da competição imperfeita; Hayek (1899-1992); Prebisch (1901-1986), demonstrando a presença da colonialidade nas trocas internacionais entre centro e periferia; Perroux (1903-1987) e sua visão teórica dos polos de crescimento; e a contribuição epistêmica e a tomada de decisões em condições de incerteza, de Shackle (1903-1992).

Na geração posterior ainda despontarão as heresias ecológicas de Georgescu-Roegen (1906-1994); Nurkse (1907-1959), expondo os problemas do subdesenvolvimento e do equilíbrio monetário internacional; Galbraith (1908-2006), revelando a convergência entre mercado e planejamento no novo estado industrial; a teoria da firma de Coase (1910-2013); William Kapp (1910-1976), que também antecipou a economia ecológica; H. Singer (1910-2006), evidenciando a corrosão dos termos de troca dos produtores de produtos primários; Boulding (1910-1993) e sua perspectiva ecodinâmica e evolucionária; os estudos seminais de Ester Boserup (1910-1999) sobre o papel da mulher no desenvolvimento; a crítica ao obsessivo culto do crescimento econômico e a defesa duma tec-

10 Esta segunda geração é definida aqui como os nascidos entre 1897 e 1915.

nologia com rosto humano, por Ernst Schumacher (1911-1977); A. Lewis (1915-1991) e seu amplo panorama do desenvolvimento econômico; e a reafirmação do entrelaçamento entre economia e política por Hirschman (1915-2012).

Para os jovens economistas, a “Era da Agitação e Incerteza” que tomou forma tão logo foi transposta a Grande Guerra, quebrou o feitiço das “luminosidades harmônicas”, da “competição perfeita”, de modo que “um novo início poderia ser dado” (Shackle, 1991, p. 286). No testemunho de Shackle, a

“nova geração de estudantes que frequentou a faculdade a partir de 1919, graduou-se e começou a pensar impelida por novas questões e liberta, de certa forma, dos velhos preconceitos” (1991, p. 5).

Hayek merece um destaque especial, pois nele culmina a postura anticientificista dos austríacos. Possivelmente a expressão mais emblemática do seu pensamento seja a sua Conferência Nobel (1974). Intitulada “A pretensão do conhecimento”, e retomando o que vinha proclamando desde os anos 30, ele denuncia duramente o “cientificismo” e a “ficção de que os fatos que se podem medir são os únicos relevantes”: “a superstição de que somente magnitudes mensuráveis podem ser importantes causou dano definitivo no campo da economia”. Assim, considerando que as ciências sociais “têm de lidar com estruturas de complexidade de essência”, confessa preferir “um conhecimento imperfeito mas verdadeiro, à pretensão de um conhecimento exato que é provavelmente falso”. Defende, ainda, “para que o homem não cause mais dano do que benefício em seu esforço para aprimorar a ordem social”, que se use o conhecimento “da maneira que faz o jardineiro com as suas plantas”¹¹.

A vitória positivista nas ideias econômicas

“A economia positiva é ou pode vir a ser uma ciência objetiva no mesmo sentido de qualquer ciência física” (Milton Friedman, 1953).

“Nosso tempo se tornou o do esquecimento dos fins e o da sacralização dos meios” (Tzvetan Todorov, 2006).

Efetivamente, aquela fermentação pós-cartesiana irrompida na segunda metade do século XIX amadurecerá e se desenvolverá ao longo de todo o século XX em praticamente todas as áreas do conhecimento – no princípio da incerteza de Heisenberg (1901-1976); na afirmação da falibi-

11 Hayek era primo de Wittgenstein, o qual, por sua vez, também manteve intensa relação com Sraffa.

lidade na ciência, por Popper (1902-1994); com o Teorema da Incompletude de Gödel (1906-1978) abalando os alicerces da objetividade matemática ao provar existir proposições irresolúveis em qualquer modelo lógico (e, diante do irresolúvel, cabe escolher o que melhor serve aos nossos propósitos); com a identificação da auto-organização da matéria, reconciliadora do determinismo e indeterminação de todas as coisas, por Prigogine (1917-2003); na matemática fractal de Mandelbrot (1924-2010); ou na aproximação entre ciência e arte com o anarquismo epistemológico de Feyerabend (1924-1994), por exemplo. Desde então consolida-se em distintos campos do saber uma compreensão da natureza não mais asentada em certezas, mas em possibilidades; uma percepção da polifonia da vida e sua índole criativa fruto da ambígua tensão entre luta e apoio mútuo, liberdade e necessidade, aspectos inseparáveis e sempre presentes como sombra projetada pelo real.

Apesar da influência do célebre quarteto de economistas e da geração consecutiva, e mesmo com a “fidelidade” de alguns dos seus mais próximos colaboradores, os dissonantes insights dos mestres não terão continuidade entre a numerosa corrente daqueles que se proclamam seus herdeiros, em geral. Pelo contrário, na mesma medida em que a profissionalização e a professorização da profissão se consolidam, em meados do século XX ocorrerá no seio das ideias econômicas uma verdadeira contrarrevolução iluminista, a qual reafirmará a hipótese da racionalidade, núcleo central do programa neoclássico. Dela resultará o domínio absoluto da modelização matemática e econométrica – especialmente no âmbito da vertente keynesiana com a “síntese neoclássica”¹², reintegrando Keynes à velha tradição¹³. Assim, com um quantitativismo positivista neutralizando e revertendo as ousadias teóricas daqueles precursores, além de isolar o liberismo¹⁴ radical dos austríacos, suas seminais ideias dissidentes serão abandonadas e esquecidas.

Realmente, aqueles quatro clássicos eram mais renovadores que cismáticos da tradição dominante, ou seja, não a desafiavam in to-

12 Denominada de “keynesianismo bastardo” por Joan Robinson. Posteriormente, Minsky (1919-96), a partir dos anos 1970 denunciará esta “traição” e fará um chamado para a reconstrução do ideal keynesiano mais fiel às origens, inaugurando o pós-keynesianismo.

13 Os modelos macroeconômicos que brotam da própria conceituação keynesiana formam a linguagem que possibilitou a criação da contabilidade nacional, levando à “proliferação da estatística econômica” e ao domínio da econometria, lembra Skidelsky (1999, p. 130). Os fatais refinamentos teóricos feitos por Hicks (1904-89), Samuelson (1915-2009) e outros são apenas a consequência lógica disto. Além de Wittgenstein, a potência da linguagem também é desvelada por Barthes neste aforisma: “é a linguagem que fala, não o autor”. Ou seja, “não é o homem que fala a língua, é a língua que fala o homem”, esclarece Coelho (2019, p. 34).

14 É a redução do liberalismo ao aspecto da “liberdade econômica” (cf. Merquior, 1991, p. 49).

tun, comungando da sua teoria do valor¹⁵ e de grande parte de seus conceitos. “A reconstrução precisa usar inevitavelmente muito do velho material. (...) A invenção fica desamparada sem a tradição” (Shackle, 1991, p. 290). Somente os messiânicos e obscurantistas jogam o bebê fora junto com a água suja. Dependemos de comunidades epistêmicas: cognitivamente, só pensamos a partir de categorias herdadas. Mas, se é o futuro – o desconhecido que sempre nos surpreenderá – que deve nos pautar, o pensamento só poderá avançar pela crítica reflexiva (estabelecendo interlocuções, e não genuflexões) do que está posto.

“Heresias não podem ser limitadas”, adverte Francisco Louçã (1997, p. 294), pois se o forem “arriscam-se a fracassar” (caso de Veblen, Keynes e Schumpeter). Tampouco, para serem convincentes, podem ser extremistas e dogmáticas, o que levará a serem consideradas “excêntricas” (como explicitou Robert Murphy, avaliando von Mises) e ao isolamento e guetificação. A experiência destes grandes mestres indica haver um tradeoff humanamente impossível vencer: calibrar a dose certa de ruptura com a tradição sem resvalar para o esotérico, mas também sem ambiguidades comprometedoras.

Este é o drama dos paradigmas nas ciências humanas, pois perfazem armadilhas que capturam e castram o pensamento¹⁶ – o qual é necessariamente crítico e renovador. Com ousadia, Zizek proclamou: “Só se pode trair verdadeiramente um autor repetindo-o, permanecendo fiel ao núcleo de seu pensamento” (2011, p. 151). O pensar criativo surge se exercido em liberdade, mas fica corroído quando estamos imersos em paradigmas, cuja força de gravidade bloqueia o verdadeiro pensar. Somente no longo prazo, com o suceder das gerações, dos erros e acertos poderão advir as resultantes mais razoáveis, as quais, por sua vez, também logo caducarão e serão superadas, incessantemente.

Como explicar aquela virada contra-contra-iluminista dentro da análise econômica, revertendo, em pleno despertar da aurora pós-iluminista,

15 Com exceção de Veblen, cuja posição era mais matizada.

16 Talvez por isto Schumpeter, sabiamente, rejeitou a formação de uma igreja schumpeteriana, praticamente não se cercando com colaboradores, nem, muito menos, apregoava e difundia suas ideias entre seus alunos. Assim como Feyerabend, Dahrendorf (1997) também criticou às “limitações das comunidades científicas”, a sua “lógica da empulhação” fundada na “perniciosa linguagem” dos paradigmas – “congelantes” (encapsulados sobre si mesmos e não correlacionados às perguntas postas pela realidade em volta); e “sindicalistas” (pois envolvem fundamentalmente a “organização dos interesses” de uma área). A saída que Dahrendorf vislumbra para o insulamento é a interdisciplinaridade, ou seja, nadar contra a corrente...

a revolução em curso¹⁷? Que força alimenta a ortodoxia que faz sua auto-riedade permanecer inabalada? São muitas as explicações, como dela ser puramente uma conveniência ideológica com o capitalismo; decorrente da poderosa inércia computacional¹⁸; oferecer um instrumental “técnico/quantitativo” que aparenta ter uma cientificidade maior e mais segura que as alternativas; ou devido às polidas concessões e inevitáveis erros feitos pelos paradigmas concorrentes. Todas estas hipóteses são relevantes, mas as mais fundamentais derivam dos méritos do paradigma dominante. Ele se mantém face aos seus acertos e avanços.

E qual seu grande acerto? A manipulação numérica, isto é, soube utilizar a crescente disponibilidade de dados e melhoria na capacidade de computação modernas¹⁹ e que bem se ajustam no mundo do mercado. A economia é uma espécie de “reino do número”, como descortinou Paul Virilio, percebendo que as exigências matemáticas na vida são cada vez maiores:

“O número está prestes a reinar em toda a sua onipotência matemática; o instrumento do número prepara-se para dominar definitivamente o analogon, i.e., tudo o que apresenta semelhança, relação de similitude entre os seres e as coisas”.

Sem dúvida, o humano é descaracterizado se reduzido apenas a uma fórmula matemática. Todavia, “ser calculador” não se reduz a um falso postulado, caricatura do homo economicus, mas uma qualidade da condição humana, como Braudel bem esclareceu:

“o indivíduo pode não saber ler e escrever: só a alta cultura está sob o signo da escrita. Mas não saber contar seria ficar condenado a não sobreviver. A vida cotidiana é a escola obrigatória do número” (1995, p. 436).

Para além da dimensão ontológica, a força e fascinação do número decorre que o seu peso catalisa o raciocínio econômico, o qual inescapavelmente trata de balanços, estoques e fluxos; pesos e preços; tempos e

17 Como vimos, até meados do século XX surgiu uma autêntica eclosão de inúmeros e relevantes economistas heterodoxos – sendo alguns premiados com o Nobel – os quais despontaram com uma forte presença pública. Todavia, o brilhantismo, a erudição e eloquência deles não foram o suficiente para conter e superar a ascendência positivista.

18 Como revela Milton Friedman (1991) ao rejeitar as novas vagas de formalização impulsionadas pelo uso geral de computadores e de simulações, dado que os economistas são induzidos “pela revolução computacional a confiar na matemática e na econometria para além do ponto dos rendimentos evanescentes (...). Mais recentemente, o meio mais fácil de evitar desaparecer por não publicar é aceder a uma base de dados, descarregar uma série de dados para o seu computador e tratar os dados através dos programas econométricos”.

19 Todavia, esta “virtude” acaba por ser sua pedra de tropeço, pois, por nela se restringir, no limite deformou a economia como um mero ramo da matemática.

movimentos; proporções e comparações. Ainda que as dimensões qualitativas, subjetivas e éticas possam reger o metabolismo econômico (o que vai diferenciar a análise econômica da contabilidade, administração ou engenharia), é o fato de a economia emergir de uma precondição de quantitatividade, conotar equivalências e cuidar de questões operacionais que lhe distinguirá de outros ramos do conhecimento (como a história, a psicologia ou a política).

A corrupção teórica nunca residiu nos números per si, mas em dois extremos: por um lado, tratar modelos puramente numéricos como representativos da realidade e confundi-los com o real – distorção que Whitehead denominou de “falácia da concretude injustificada”. A dimensão quantitativa é deletéria quando tratada fetichistamente e apresentada como governada por leis inexistentes, erro que advém de um ponto cego: ainda que não existam estas leis, tendências e forças objetivas se manifestam nos processos sociais, como os números revelam. Ora, este fato não exclui que a ação humana é imprevisível, pois submetida ao acaso; é invenção e possui um alto grau de arbítrio e escolha pessoal; e é pautada também por sentimentos e imperativos morais, e não apenas pela razão utilitária. Uma matematização asfíxiante encobre que todos os agregados econômicos são construções humanas, que o objeto de estudo da economia são negócios feitos por gente em condições de incerteza, desumanizando e mutilando radicalmente a mesma.

O outro extremo letal revela-se nos que fogem dos números e buscam sua inviável eliminação, postura comum em muitas correntes heterodoxas. Enquanto uns se escondem em “moitas de álgebra”, outros carregam “a tocha da ideologia” (Robinson, 1979, p. 98) e proclamam a politização de tudo. Assim, diante das necessidades do cotidiano, a economia matemática acaba por ser um ferramental mais convincente e útil para explicar e operar trivialmente a economia.

Perspectivas para o século XXI

“O paradoxo de que estratégias individualmente racionais conduzam a resultados coletivamente irracionais parece colocar um desafio à fé fundamental de que seres humanos racionais possam alcançar resultados racionais” (Elinor Ostrom, 1991).

“Parte de nossa desordem democrática contemporânea provém de uma autonomização excessiva do saber econômico em relação a outras ciências sociais e à esfera cívica e política. (...) apenas o cruzamento das abordagens econômicas, históricas, sociológicas, cul-

turais e políticas pode gerar um progresso em nossa compreensão dos fenômenos socioeconômicos” (Piketty).

Aquele novo zeitgeist voltará a perfazer outra grande eclosão sobre as ideias econômicas nos tempos presentes, na virada do século XX para o XXI. Agora, impulsionadas pelo clamor de que “o mundo não é uma mercadoria”, vemos o advento das economias ecológica, comportamental, solidária, feminista e da complexidade; o rebrotamento da “macroeconomia sem equilíbrio” da corrente pós-keynesiana; o revigoramento das escolas institucional e austríaca; da socioeconomia; o ressurgimento do schumpeterianismo; e a irrupção dos movimentos retórico e o de renovação da microeconomia²⁰.

Estas escolas e correntes, todavia, não abarcam toda a riqueza contemporânea heterodoxa em economia. Inclusive há aqueles que nelas não se enquadram. É o caso, por exemplo, de Amartya Sen (1933; prêmio Nobel de 1998). Sua inovadora concepção humanista do desenvolvimento, priorizando a expansão das liberdades e capacitações das pessoas, transcende qualquer insulamento nas casinhas acima, tornando-o inclassificável. Registre-se, porém, ser tal a força do vício positivista dentro da economia que mesmo os economistas que se inspiram em Sen em geral buscam renovar “métricas” – o que é louvável – mas, continuando apegados ao “medo da incomensurabilidade”, procuram “a sensação de segurança derivada de uma homogeneidade” quantificada (Sen, 2011, p. 273). Ocorre que “capacidades são claramente não comensuráveis, pois irreduzivelmente diversas” (ibid., p. 274). Assim, eles distam (e distorcem) de sua contribuição mais fundamental: importa é fazer avançar a vida das pessoas (a única riqueza, cf. Ruskin), e não fetichizar as riquezas. “O maior desperdício que hoje confrontamos não é o do dinheiro, mas o das possibilidades humanas”, arrematam os Skidelsky (2017: 282).

Mesmo com estes afloramentos e expansão do campo heterodoxo, as ideias econômicas de corte positivista e cientificista seguem hegemônicas, tanto na academia quanto nas políticas públicas e nos oráculos do mercado, permanecendo incólumes e indiferentes até o presente. Entretanto, face à complexidade das graves questões atuais, que em parte se agravam com o receituário ortodoxo, o vigor dos concorrentes se mostra cada vez mais potente, ainda mais que estes corrigem suas debilidades e incorporam substancialmente o tratamento matemático-econométrico.

A natureza política e incerta dos problemas socioambientais contemporâneos exige que os economistas, cientistas políticos, antropólogos e

20 Introduzindo um cálculo incrustado no ordenamento político-cultural envolvendo atores com informações assimétricas que, dinamicamente, também se emocionam, cooperam, interagem com a natureza, aprendem e evoluem.

biólogos saíam do encastelamento positivista de suas seguras casinhas e modelos técnicos para navegarem pelos revoltos mas fecundos e crescentes mares das demais disciplinas do conhecimento humano e com elas dialogarem.

Apesar da sua aparente fragmentação e criativa especialização, observa-se que aquelas correntes heréticas e desafiantes do neoclassicismo rompem com o empobrecedor economicismo de corte positivista, desconectado arrogantemente dos avanços científicos nas demais áreas do saber, buscando construir pontes e com eles se entrelaçar. Assim, amalgamado com os últimos achados da Psicologia, Direito, Biologia, Geografia, Antropologia, Ciência Política, Filosofia, Sociologia e História, vemos hoje o renascer de um pensamento “econômico” que dista de ser “uma coisa em si”, pois se insere naturalmente num todo maior, uma espécie de “filosofia ou grande teoria social”. Esta é a opinião do nobelista Jean Tirole (2020: 161), o qual avalia que “assistimos a uma reunificação progressiva das ciências sociais. (...) A convergência que existia até o fim do século XIX deve ser restabelecida”.

Ou seja, as novas correntes retomam a perspectiva de um pensamento integrado presente nos mestres fundadores da análise econômica e perdida pela escola dominante ao longo do século XX, pois, afinal, todos os campos que compõem as ciências sociais estudam o mesmo objeto: o ser humano em sociedade. Todavia, mesmo sendo esta convergência louvável e necessária, é insensato apostar que ela engendrará a diluição destas especialidades e extinguirá suas fronteiras. Apesar da inseparabilidade de todos os aspectos da vida, um pensamento absolutamente enciclopédico, além de idílico, pois humanamente impossível, é inosso e incapaz de verdadeiramente compreender o comportamento humano. Navegar no enigmático oceano de incertezas da vida é possível apenas tendo algumas ilhas de “certezas” para se orientar e abastecer. O universalismo abstrato dissimula a contingência de todo conhecimento, o qual sempre se apresenta geohistoricamente localizado e condenado a ser parcial e incompleto, o que não significa que ele seja ontologicamente fechado, incomunicável e cego para as demais faces da incognoscível totalidade do real.

A ciência econômica, portanto, não está imune ao desafio advindo da crescente oposição ao positivismo nos demais campos científicos e sua superação em curso. Isto nos permite visualizar que não está longe o

momento de transpor a incrível longevidade do império positivista nas praias econômicas²¹.

Há também um outro motivo ainda mais realista para esta expectativa: como sabemos, nas ciências sociais, “as teorias desaparecem porque são enfadonhas, não porque foram refutadas” (Postman, 1994 p. 117). Ora, especialmente na economia é vigente esta forma de “evolução”, pois nela controvérsias não são resolvidas pela regra poperiana da falsificação, fato já assinalado por Myrdal: “em economia, todas as teorias vivem persistentemente. Nenhuma das teorias novas jamais suplanta completamente as velhas” (1977, p. 151). Mas, com o passar do tempo, o desgaste do domínio das “velhas”, enrijecidas dentro do seu clube paradigmático, apenas aumentará, de modo que o “cansaço” acaba pesando. Como “cada geração tem sua própria realização” (Herzen), é incontornável que as novas busquem seu próprio caminho e respondam aos desafios do presente oxigenadas com ideias sintonizadas no zeitgeist pós-iluminista, ambiente epistêmico da contemporaneidade.

21 Alguns nobéis recentemente outorgados premiam a ousadia teórica e sinalizam este avanço: Ostrom e Williamson (2009); Tirole (2014); Thaler (2017); Nordhaus e Romer (2018), e Banerjee, Duflo e Kremer (2019).

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry (s.d). Considerações sobre o marxismo ocidental. Porto: Afrontamento.
- BALDWIN, Thomas (2013). "Moore, George, 1873-1958". In: Canto-Sérber, Monique (org.). Dicionário de ética e filosofia social. São Leopoldo: Unisinos.
- BALIBAR, Étienne (1995). A filosofia de Marx. Jorge Zahar.
- BRAUDEL, Fernand (1995). Civilização material, economia e capitalismo, vol. I. São Paulo: Martins Fontes.
- COELHO, Teixeira (2019). Cultura, a utopia final. São Paulo: Iluminuras.
- DAHRENDORF, Rolf (1997). Após 1989. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FRIEDMAN, Milton (1991). "Old Wine in New Bottles". Disponível em https://www.jstor.org/stable/2233834?seq=1#page_scan_tab_contents.
- GUARDINI, Romano (1963). O mundo e a pessoa. São Paulo: Duas Cidades.
- KEYNES, John (1983). Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro. São Paulo: Abril Cultural.
- LOUÇÃ, Francisco (1997). Turbulência na economia. Porto: Afrontamento.
- LOWY, Michael; SAYRE, Robert (1995). Revolta e melancolia. Petrópolis: Vozes.
- MCCRAW, Thomas (2012). O profeta da inovação. São Paulo: Record.
- KONDER, Leandro (1988). A derrota da dialética. Rio de Janeiro: Campus.
- MERQUIOR, José (1991). O liberalismo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- MBEMBE, Achille (2019). Sair da grande noite. Petrópolis: Vozes.
- MISES, Ludwig von (1995). Ação humana. Rio de Janeiro: Instituto Liberal.
- MURPHY, Robert (2011). "A Escola de Chicago versus a Escola Austríaca". Disponível em <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1024>
- MYRDAL, Gunnar (1977). Contra a corrente. Rio de Janeiro: Campus.
- POSTMAN, Neil (1994). Tecnopólio. São Paulo: Nobel.
- QUIJANO, Anibal (2014). Antología. Buenos Aires: Clacso.
- ROBINSON, Joan (1979). Filosofia econômica. Rio de Janeiro: Zahar.
- SCHUMPETER, Joseph (1964). História da análise econômica, vol. III. São Paulo: Fundo de Cultura.
- ____ (1984). Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar.
- SEN, Amartya (2011). A ideia de justiça. São Paulo: Cia. das Letras.
- SHACKLE, G. (1991). Origens da economia contemporânea. São Paulo: Hucitec.
- SKIDELSKY, Robert (1999). Keynes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- SKIDELSKY, Robert; SKIDELSKY, Edward (2017). Quanto é suficiente? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- STEINER, Rudolf (1998). Economia viva. São Paulo: Antroposófica.

TIROLE, Jean (2020). Economia do bem comum. Rio de Janeiro: Zahar.

VEBLEN, Thorstein (2017). “Por que a economia não é uma ciência evolucionária?”
In: Economia institucional. Fundamentos teóricos e históricos. São Paulo: UNESP.

ZIZEK, Slavoj (2011). Em defesa das causas perdidas. São Paulo: Boitempo.



Armando de Melo Lisboa. Professor no Depto. de Economia e Relações Internacionais da UFSC. Doutor em Sociologia Econômica pela Universidade Técnica de Lisboa (2004). Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (1988). Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (1979). Atualmente é professor Associado I da Universidade Federal de Santa Catarina, tendo sido

presidente da Associação de Professores da UFSC (APUFSC) entre 2006 e 2010, e exercido a Chefia do Departamento de Economia e Relações Internacionais entre 2011 e 2015. Tem experiência na área de Economia, atuando principalmente nos seguintes temas: América Latina, economia solidária, desenvolvimento, economia popular, economia ecológica e sociologia econômica.

Outros Cadernos IHU Ideias do autor:

- N. 265 Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum
- N. 283 Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 04 *Emani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Edison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacobá Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *À meia luz: emergência de uma Teologia Gay* – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éilda Azevedo Henington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desemprego na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoece: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke

- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campepinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moda* – Octávio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Biótica* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: Iêdo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Mariângela Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT, jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminoti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascuo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexões na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljenitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borja da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta

- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pomalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois" – Claudia Wasseman*
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrout Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsetto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéles Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Torgo Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach

- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Elul* – Jorge Barrantes-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelson Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martinez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxebarria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Humet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filardi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleração como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fountoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo* – Dora Lília Marin-Díaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuitas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneilson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Vigida: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinicius Nicastro Honesko
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kakzi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castañeda
- N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização* – Altair Sales Barbosa
- N. 258 *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Kamy Bolton
- N. 259 *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* – Moysés Pinto Neto
- N. 260 *Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre?* – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 *Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo* – Henrique Costa
- N. 262 *As sociabilidades virtuais globalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife* – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 *Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira* – Sauro Bellezza
- N. 264 *Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)* – Stela N. Meneghel
- N. 265 *Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum* – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 *Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos* – Aline Albuquerque
- N. 267 *O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil* – Giuseppe Tosi
- N. 268 *Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?* – Alana Moraes de Souza
- N. 269 *A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente* – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 *O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna* – Viviane Zaremski Braga
- N. 271 *O que caminhar insano sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza* – Flavio Williges
- N. 272 *Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana* – Rafael Lopez Villaseñor
- N. 273 *Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira* – Celso Gabatz
- N. 274 *Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo* – Acacium Oliveira

- N. 275 *Tendências econômicas do mundo contemporâneo* – Alessandra Smerilli
- N. 276 *Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord* – Atílio Machado Peppe
- N. 277 *O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social* – José Roque Junges
- N. 278 *Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo* – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco
- N. 279 *O mal-estar na cultura medicamentalizada* – Luis David Castiel
- N. 280 *Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia* – Alain Gignac
- N. 281 *A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual* – Mário José Maestri Filho
- N. 282 *A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo* – Angela Ganem
- N. 283 *Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome* – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 *Renda básica em tempos difíceis* – Josué Pereira da Silva
- N. 285 *Isabelle Stengers No tempo das catástrofes. Quinze questões e um artifício sobre a obras* – Ricardo de Jesus Machado
- N. 286 *O “velho capitalismo” e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço* – Luiz Gonzaga Belluzzo
- N. 287 *A tecnologia na vida cotidiana e nas instituições: Heidegger, Agamben e Sloterdijk* – Itamar Soares Veiga
- N. 288 *Para arejar a cúpula do judiciário* – Fábio Konder Comparato
- N. 289 *A Nova Previdência via de transformação estrutural da seguridade social brasileira* – Mari-linda Marques Fernandes
- N. 290 *A Universidade em busca de um novo tempo* – Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes
- N. 291 *Tributação, políticas públicas e propostas fiscais do novo governo* – Röber Iturriet Ávila e Mário Lúcio Pedrosa Gomes Martins
- N. 292 *As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras* – Aloir Pacini
- N. 293 *Mudança de paradigma pós-crise do coronavírus* – Fábio Carlos Rodrigues Alves
- N. 294 *O Mar da Unidade: roteiro livre para a leitura do Masnavi de Rûmî* – Faustino Teixeira
- N. 295 *Função social da propriedade e as tragédias socioambientais de Mariana e Brumadinho: Um constitucionalismo que não é para valer* – Cristiano de Melo Bastos
- N. 296 *O desassossego do leitor: subjetividades juvenis e leitura na contemporaneidade* – Maria Isabel Mendes de Almeida
- N. 297 *Escatologias tecnológicas contemporâneas* – Ednei Genaro
- N. 298 *Narrativa de uma Travessia* – Faustino Teixeira
- N. 299 *Efeito covid-19: espaço liso e Bem Viver* – Wallace Antonio Dias Silva



UNISINOS